



Planejamento e Informação



Gestão Solidária e Governo Competente



► PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO

ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, tem por finalidade elaborar estudos e projetos, bem como prover a base e difundir as informações estatísticas e geográficas, visando à formulação e avaliação de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do Estado. A SEI oferece, de forma detalhada, um panorama da realidade do Estado e de seus 417 municípios e constitui-se, atualmente, no principal provedor de dados do Estado, atendendo demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil, cumprindo sua missão de colocar a informação a serviço da sociedade.

Essas informações são disponibilizadas por intermédio do site www.sei.ba.gov.br e de cerca de 50 publicações editadas anualmente pelo órgão, entre as quais destacam-se o Anuário Estatístico da Bahia; a revista Conjuntura & Planejamento; Estatística dos Municípios Baianos; a revista Bahia: Análise & Dados, e a Série Estudos e Pesquisas.

O reconhecimento da instituição entre seus pares e usuários - realçando-se aí as esferas de governo, o terceiro setor, a universidade e o setor privado - tem levado a SEI a ocupar lugar de destaque em diferentes âmbitos. Na condição de representante da Secretaria do Planejamento no Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda da Bahia, a SEI/

SEPLAN assumiu a presidência do referido Conselho em fevereiro de 2006 para cumprir mandato de um ano. No cenário brasileiro preside, desde 2004, a Associação Nacional das Instituições Públicas de Planejamento, Pesquisa e Estatística - Anipes e integra, desde 2002, o comitê técnico nacional para discussão e definição de metodologias dos agregados macroeconômicos estadual e municipal, além de compor, desde 2003, a diretoria da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Abep, sendo reconduzida para participar da gestão 2007-2008. Ademais, a SEI tem firmado diversas parcerias com organismos nacionais e internacionais, dentre os quais se encontram o Instituto Nacional de Estatística de Portugal - INE e o Fundo de População das Nações Unidas - Unfpa.

Objetivando fomentar a reflexão e disseminar informações, a SEI realizou e/ou apoiou - além de participar de importantes eventos em 2006, merecendo destaque:

- II Encontro de Economia Baiana;
- Workshop Experiências de Observatórios do Trabalho: Potencialidades, Lições e Perspectivas;
- XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais;
- Seminário de Logística;
- Participação como coordenador, apresentador e debatedor de várias mesas redondas do II Encontro Nacional de Produtores e

- Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, englobando a V Conferência Nacional de Estatística a IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia;
- Participação no 72º Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho;
 - Participação em reunião técnica do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED; e
- Participação nas reuniões técnicas da Comissão Nacional de Cartografia.
- Em 2006, novos temas foram abordados nas publicações e estudos realizados pela SEI, conforme detalhado no Quadro 1.
- Visando ampliar a capacidade de disseminar as informações que produz, a SEI elabora diversos itens destinados a divulgação dos estudos e pesquisas, conforme listado nos Quadros 2 e 3.

QUADRO I
**PUBLICAÇÕES E ESTUDOS REALIZADOS
BAHIA, 2006**

ESTUDO	CONTEÚDO
Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED	Pesquisa mensal que acompanha o comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador
Índice de Preços ao Consumidor - IPC	Pesquisa mensal que acompanha o comportamento dos preços para cálculo da inflação da cidade de Salvador
Pesquisa Mensal do Comércio	Analisa mensalmente, com os dados do IBGE, o comportamento do comércio varejista do Estado da Bahia
Pesquisa de Marcas de Produtos e Locais de Compra	Através dos dados agregados, oriundos da nova Pesquisa de Orçamento Familiar - POF, 2002-2003, necessitou-se pesquisar as marcas dos novos produtos que irão compor o cálculo do IPC/SEI, bem como os estabelecimentos comerciais onde eles serão pesquisados. Trabalho executado pela equipe técnica do IPC
Painel de Domicílios	Pesquisa domiciliar mensal realizada em Salvador, objetivando calcular as variações de preços dos aluguéis residenciais, para compor o cálculo do IPC/SEI
Normalização de documentos	Normalização das publicações editadas pela SEI/SEPLAN, obedecendo as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT
Pesquisa da Pobreza em Salvador - 2006	Medir o grau de acessibilidade dos 40% mais pobres aos serviços públicos, através de pesquisa domiciliar nos setores censitários de Salvador
Estudo da Dinâmica da Pobreza na Bahia	Identificar o perfil dos pobres: características, mobilidade social e espacial no território baiano no período intercensitário 1991-2000, bem como compreender suas razões
Estudo da Logística na Bahia	Elaborar diretrizes estratégicas para inserção do Estado, especialmente a macrorregião de Salvador, como plataforma de distribuição do Nordeste, a partir da caracterização dos fluxos e potenciais de movimentação de mercadorias, processo de urbanização, concentração regional, e uso do solo, promovendo estratégias de distribuição espacial das atividades econômicas e logísticas, num conjunto convergente e articulado entre os diversos corredores de transporte
Estudo do Centro Histórico	Mapear a Cultura e o Turismo no Centro Histórico de Salvador com o intuito de gerar insumos para definição de políticas na área.
Contas Regionais da Bahia	Projeto em parceria com o IBGE e demais instituições de pesquisa do país, cujo objetivo principal é mensurar, discutir e analisar o resultado econômico do Estado da Bahia, através do PIB. Ano base 2004 e estimativa 2005
Mudanças de Base das Contas Regionais da Bahia - 1ª Etapa	Projeto em parceria com o IBGE e demais instituições de pesquisa do país, cujo objetivo principal é discutir a nova estrutura das contas regionais, realizando estudos nacionais, com base nas pesquisas existentes no Brasil, para que a nova ponderação do sistema de contas regionais considere as especificidades regionais, nem sempre captadas pelas respectivas pesquisas

Continuação

Continuação | Quadro I

ESTUDO	CONTEÚDO
PIB Municipal	Cálculo do Produto Interno Bruto dos municípios baianos, com base em metodologia nacionalmente aceita e, universalmente, colocada em prática pelas 27 unidades da federação brasileira. Esse projeto tem também a coordenação do IBGE nacional e apresentou os resultados para o período 1999-2004
PIB Trimestral da Bahia - Ano Base 2006	Indicador Trimestral do desempenho macroeconômico do Estado da Bahia. Fornece informações sobre a evolução das principais atividades econômicas da Bahia (indústria, agropecuária e serviços), permitindo comparações trimestrais do desempenho dos principais setores da economia baiana
Mapeamento do Uso da Terra da Bacia do rio Jequitinhonha	Levantamento das informações agro-silvo-pastoris na Bacia do Rio Jequitinhonha (Extremo Sul do Estado). Início em Junho de 2006
Limites Municipais	Atendimento e equacionamento das questões relativas aos limites intermunicipais no território baiano, visando compatibilizar a documentação legal, e a cartografia à realidade observada em campo
Base de Dados Espaciais	Estudo contínuo da elaboração da Base de Dados Espaciais
Atualização Cartográfica	Atualização da Planimetria (rede viária, localidades, hidrografia) do Extremo Sul do Estado da Bahia
Mercados de Trabalho Municipais na Bahia (Módulos II e III)	Diagnóstico do mercado de trabalho, a partir de indicadores básicos, para regiões econômicas e municípios, como subsídio para políticas públicas, principalmente no âmbito do Plano Territorial de Qualificação - Planteq/BA
Índice de Gestão Municipal - IDES	Identificar e mensurar os resultados das ações dos governos municipais na área social. Medir a capacidade do município em promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

Fonte: SEPLAN/SEI

QUADRO 2

SEI - DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO (ATRAVÉS DE PUBLICAÇÕES) BAHIA, 2006

ITEM	CONTEÚDO
Revista Bahia Invest	Publicação da Seplan, onde são abordados temas relevantes de planejamento e investimentos no Estado da Bahia, com destaque para os cadernos de investimento governamental, industrial, turístico e do agronegócio
Revista Bahia Análise & Dados	Revista temática trimestral. Foram publicados quatro números com os seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> • Dados sobre o Mercado de Trabalho na RMS; • Energias e Alternativas (debate sobre fontes alternativas de energia); • Economia da Saúde; e • Retrospectiva 2006 e perspectiva 2007
Série de Estudos e Pesquisas - SEP	Lançada em 1987, divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria por técnicos da SEI, nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação e agricultura. Publicação em 2006, com os seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> • PIB Municipal; • Impactos dos Novos Investimentos sobre o Emprego e a Renda nas Regiões Econômicas do Estado; • Dinâmica da Indústria de Bens Finais na Bahia; • Panorama Social da Bahia 2006; • Migração e Migrantes da Bahia nos anos 1980 e 1990 (Etapa II); • Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia; • Indicadores de Sustentabilidade Ambiental (recursos hídricos e urbanos); • Indicadores de Sustentabilidade Ambiental (recursos energéticos e florestais); • Uso Atual das Terras das Bacias dos Rios Itapicuru, Vaza-Barris e Real
Revista Conjuntura& Planejamento	Publicação mensal que contém dados e artigos sobre a conjuntura econômica da Bahia, analisada por especialistas. Além dos textos, a publicação utiliza gráficos, tabelas, estatísticas, indicadores e matérias jornalísticas que traduzem o comportamento da economia. Inclui a seção Desempenho Econômico da Bahia, com gráficos que refletem a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, as estimativas da produção agrícola, a taxa de variação da produção industrial, entre outras informações

Continuação

Continuação | Quadro 2

ITEM	CONTEÚDO
Boletim anual IPC	Análise anual do comportamento dos índices de preços na Capital baiana
Boletim mensal PED	Análise mensal do mercado de trabalho da RMS (no site da SEI)
Boletim anual da PED	Avaliação anual do mercado de trabalho da RMS (2005)
Boletim anual da PMC	Avaliação anual do comércio varejista do Estado da Bahia (2005)
Boletim Caged de Emprego Formal	Divulgação mensal sobre o mercado de trabalho formal a partir dos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, com destaque para os resultados da Bahia, Região Metropolitana de Salvador e Interior, inclusive a série histórica de 2004 a 2006 para Brasil e Bahia
Boletim de Finanças Públicas	Publicação trimestral sobre o desempenho dos principais indicadores de finanças públicas da União, do Estado da Bahia (ênfase maior) e de município baianos. Na edição anual editada em março, é apresentado um estudo sobre o desempenho das finanças estaduais ao longo do ano de 2005
Release mensal PMC	Análise do comércio varejista da Bahia (no site da SEI)
Release mensal Imec - Salvador	Análise da movimentação econômica em Salvador (no site da SEI)
Release mensal dos investimentos industriais na Bahia	Acompanhamento dos investimentos industriais realizados e previstos para o Estado
Release mensal PIM - PF	Análise da Indústria da Bahia (no site da SEI)
Relatório Preliminar da Pesquisa Salvador	Relatório parcial - pesquisa sobre o acesso aos serviços públicos em Salvador entre os 40% mais pobres do município
CD Rom Panorama das Contas Públicas da Bahia 1994-2004	Informações atualizadas e séries retrospectivas das finanças públicas do Estado da Bahia e de seus 417 municípios. Os dados abarcam também as principais informações das receitas e despesas da União no período 1994-2004. Nesse volume, além de textos analíticos sobre esse período, foram coletadas e calculadas informações de finanças públicas trabalhadas com base nos melhores sites de finanças do país
CD Rom Informações Municipais	Dados sociais e econômicos referentes aos municípios
Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia	Coletânea de artigos especializados que oferece uma visão panorâmica dos fenômenos do desenvolvimento e subdesenvolvimento regionais, privilegiando análises do Nordeste e da Bahia. Oferece ao planejamento estatal um aporte técnico científico para o contínuo ajuste das políticas públicas às reais necessidades da sociedade
Anuário Estatístico (Estatísticas Agregadas)	Compilação de séries históricas das estatísticas básicas atualizadas e selecionadas sobre o Estado da Bahia

Fonte: SEPLAN/SEI

A SEI apoiou a publicação "Demografia dos Negócios: Campo de Estudo, Perspectivas e Aplicações", editada pela Abep e organizada pela SEI/SEPLAN, através do seu representante junto à entidade.

Também, de importante relevância foram os diversos sistemas informatizados desenvolvidos e implantados, proporcionando melhor suporte tecnológico às atividades da SEI, a exemplo da instalação e customização da ferramenta DOTPROJECT - software

open source para gestão e acompanhamento de projetos, que possui um conjunto de funcionalidades e características para utilização em ambientes corporativos.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na área de planejamento regional, a SEPLAN, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, durante o período de

QUADRO 3

**SEI - DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO (ATRAVÉS DO SITE DA SEI)
BAHIA, 2006**

ITEM	CONTEÚDO
Banco de Dados	Consultas dinâmicas, conforme as necessidades do usuário, subdividido em: <ul style="list-style-type: none"> • Banco de Dados - Índice de Desenvolvimento Econômico e Social; e • Banco de Dados sobre migração inter e intra-estadual
Publicações na íntegra	<i>Download</i> gratuito na íntegra dos títulos publicados pela SEI a partir de 1999. As publicações estão classificadas em cinco linhas editoriais (Bahia em Dados, Bahia em Análise, Boletins, Séries Especiais e Mapas), com 17 séries de periodicidades distintas
Indicadores da conjuntura baiana	Índice de Preços ao Consumidor - IPC, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, Pesquisa Industrial Mensal - PIM, Indicador de Movimentação Econômica de Salvador - Imec, valor da Cesta Básica, Pesquisa Mensal do Comércio - PMC, Produto Interno Bruto - PIB, além de textos com análises socioeconômicas, que apontam, com periodicidade no mínimo mensal, os caminhos da conjuntura baiana, da região metropolitana e da capital. Todos esses indicadores são acessados facilmente através da home page da SEI
Mapas e Cartogramas	Mapa de Divisão Político Administrativa, Pluviometria, Mapa Índice de Folhas Topográficas, Hipsometria, Região Semi-árida, Região Administrativa, Região Econômica, entre outros, podem ser visualizados no site e impressos em tamanho A4. Podem ser adquiridos através do Setor de Documentação e Biblioteca da SEI em meio analógico e ou digital em formato CDR e DGN. Já os cartogramas, em diversos temas, referem-se às informações geográficas e de recursos naturais. Disponível em formato PDF
Rede GPS do Estado da Bahia	Disponibilização dos dados dos 50 marcos geodésicos que compõe a rede
Bahia e municípios em síntese	Coletânea condensada de indicadores, estatísticas e mapas do Estado e dos municípios baianos. Estas seções contêm informações socioeconômicas e geoambientais apresentadas em síntese

Fonte: SEPLAN/SEI

2003 a 2006 realizou diversas atividades, merecendo destaque para a elaboração dos Programas de Desenvolvimento Sustentável - PDRS; desenvolvimento do Projeto Nossa Região; elaboração de estudo do Baixo Salitre; e desenvolvimento do Projeto Mata Branca.

A CAR tem como objetivos elaborar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável das regiões, sub-regiões e municípios do Estado; realizar estudos e pesquisas; sistematizar informações para o conhecimento da realidade regional e sub-regional; além de subsidiar negociações com instituições promotoras de desenvolvimento no âmbito técnico-financeiro.

Os Programas de Desenvolvimento Sustentável - PDRS, constituem-se no principal produto das atividades de planejamento

regional no âmbito do Estado, oferecendo suporte e alternativas para a definição de ações voltadas ao fomento da produção, através do uso racional e sustentável dos recursos naturais, buscando sempre a melhoria dos indicadores sociais.

Como componentes desse processo são elaborados, também, perfis regionais (diagnósticos regionais), subespacializações das referidas Regiões, além das dimensões da sustentabilidade: econômico-social, geoambiental, científico-tecnológico, histórico-cultural e político-institucional.

Em 2003, foram estudadas as Regiões de Irecê e Baixo Médio São Francisco, e publicados os respectivos Perfis Regionais. Em 2004 foram finalizados e publicados os PDRS correspondentes a estas Regiões e elaborado o Perfil da

Região Serra Geral. Em 2005, foi concluído o PDRS da Região Serra Geral, publicado em 2006, juntamente com a elaboração dos Perfis das Regiões Piemonte da Diamantina e Paraguaçu.

O **Projeto Nossa Região** nasceu em 2005 para revestir a proposta de criação, no Estado, de **Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável - CRDS**, conforme estabelecido na Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002 que, dentre outras disposições, modifica a estrutura organizacional do Governo.

Embora estudada desde 2003, em conjunto SEPLAN/CAR, esta proposta só assumiu caráter de execução em 2005, com a criação de quatro CRDS:

- **CRDS - Região Norte**, compreendendo os municípios de Juazeiro, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Curaçá, Jaguarari e Uauá, tendo como sede a cidade de Juazeiro.
- **CRDS - Baixo Sul**, abrangendo os municípios de Valença, Ituberá, Taperoá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Camamu, Piraí do Norte, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Gandu, Ibirapitanga, Cairu, Maraú e Presidente Tancredo Neves, com sede em Valença.
- **CRDS - Litoral Norte**, sendo sua sede a cidade de Alagoinhas, composto pelos municípios de Alagoinhas, Mata de São João, Conde, Jandaíra, Entre Rios, Esplanada, Camaçari, Dias D'Ávila, Simões Filho e Lauro de Freitas.
- **CRDS - Região Oeste**, envolvendo os municípios de Barreiras, Angical, Baianópolis, Catolândia, Cristópolis, Cotegipe, Wanderley, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Formosa do Rio Preto, Mansi-

dão, Luís Eduardo Magalhães, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Brejolândia e Canápolis, tendo Barreiras como cidade estratégica para sua sede.

A **Região Extremo Sul** chegou a ser mobilizada no sentido de se criar mais um **CRDS**, e se encontra em andamento o processo para a sua instalação.

Dando continuidade ao detalhamento da estratégia formulada no PDRS Baixo Médio São Francisco, encontra-se em andamento o **Projeto de Estudo do Baixo Salitre**, situado no limite territorial do município de Juazeiro.

Os Governos dos Estados da Bahia e do Ceará apresentaram Documento Conceitual do **Projeto Mata Branca** ao Banco Mundial, na qualidade de Agência Implementadora do Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF, cujo principal objetivo é contribuir para a preservação, conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga, nos Estados da Bahia e do Ceará, estabelecendo um ciclo eficaz entre as práticas integradas de gestão do ecossistema e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

O Projeto foi aprovado pelo GEF/Banco Mundial, em agosto de 2006, encontrando-se em fase de preparação dos instrumentos de Acordos de Doação e de Cooperação Técnica, com execução prevista para o período de 2007 a 2010.

Este Projeto foi orçado em US\$ 23,1 milhões - cooperação financeira não-reembolsável - nos seguintes termos: US\$ 10 milhões com recursos do GEF, US\$ 6,1 milhões de contrapartida para cada um dos Estados, US\$ 60 mil da Organização das Nações Unidas para a Agricultura - FAO e US\$ 800 mil dos beneficiários. O alcance dos seus objetivos está alicerçado em três componentes básicos:

- Apoio à Gestão Integrada do Ecossistema, com a participação de instituições públicas e privadas nas instâncias federal, estadual e municipal;
- Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema, com seleção de áreas piloto onde serão implantados os subprojetos piloto. O projeto abre suas ações nos municípios de Curaçá, tendo como foco temático o Angico, atualmente sob ameaça de extinção; Jeremoabo, com apoio às ações de proteção da Arara Azul de Lear; Itatim, com restabelecimento de patrimônio comunitário e iselbergs; e Contendas do Sincorá, com apoio às ações da única Floresta Nacional existente no Bioma; e
- Monitoramento e Avaliação do Projeto e Disseminação de Informações.

Destacam-se ainda, em 2006, no âmbito da CAR, a conclusão do Projeto Pró-Gavião, a conclusão das negociações dos Projetos Produzir II Fase II e Prodecar e a continuidade do Projeto Crédito Fundiário. Todos esses projetos encontram-se detalhados no Capítulo Inclusão Social e Combate à Pobreza Estrutural, da Estratégia Bahia que Faz: Densificação da Base Econômica e Geração de Emprego e Renda.

ESTUDOS E FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Na formulação de políticas públicas, a SEPLAN executou uma série de atividades através da Superintendência de Planejamento Estratégico - SPE, que tem como competência promover e coordenar a elaboração de Planos Estaduais e Regionais de Desenvolvimento, de forma compatibilizada com o planejamento estadual, subsidiando a formulação das políticas públicas, planos setoriais e regionais e programas governamentais, privilegiando a integração entre as políticas econômicas, sociais, regionais e urbanas.

Ao longo de 2006 foi realizado um intenso trabalho de articulação entre entidades governamentais - secretarias, autarquias e empresas - além de entidades situadas fora da esfera governamental, a exemplo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, e do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, universidades e organizações do terceiro setor, visando construir parcerias que facilitem as intervenções e contribuam para a solução dos principais problemas que afetam a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Foram realizados estudos de cunho propositivo, objetivando a construção do PPA 2008-2011, conforme demonstrado no Quadro 4.

QUADRO 4

ESTUDOS E FORMULAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS BAHIA, 2006

- Desenvolvimento da Indústria Baiana: Incremento de Competitividade e Geração de Trabalho e Renda;
- O Setor Serviços na Bahia: Uma Proposta de Geração de Trabalho e Renda;
- A Inclusão Sócio-Econômica e Desenvolvimento Rural na Bahia: uma Análise das Políticas Públicas;
- Inserção da Bahia no Contexto Nacional e Internacional;
- Programas de Assistência e Inclusão Social;
- Avaliação do Gasto Público Social;
- Educação Pública de Qualidade;
- Fortalecimento de Cidades Estratégicas da Bahia e suas Relações Intermunicipais.

Ainda no âmbito dos estudos e formulação de políticas, destacam-se:

- O estudo "Bahia: Investimentos Industriais Previstos 2005-2008", publicado na Série Políticas Públicas nº 9 que apresenta um panorama das expectativas de evolução do setor industrial no Estado, identificando-os espacial e setorialmente, bem como o
- **Água Fria** – Biblioteca Pública Municipal (Implantação de Biblioteca Pública Municipal, com Centro Cultural e Sala de Informática);
- **Candeal** – Programa de Agentes de Agricultura Familiar – Paaf (Promoção da agricultura familiar diversificada como alternativa sustentável no âmbito socioeconômico e ambiental, para melhorar a qualidade de vida da população rural);
- **Conceição do Coité** – A importância de Alfabetizar para Participar e Progredir (Implantação de um projeto educacional na Escola Agrícola Vasny Moreira de Vasconcelos, combinando educação e geração de renda para famílias dos alunos da escola);
- **Elísio Medrado** – Projeto Prisma (Construção de um aterro sanitário e promoção de atividades de educação ambiental para a população);
- **Feira de Santana** – Programa de Políticas Integradas para a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (Projeto de assistência social voltado a crianças e adolescentes em situação de rua em que se busca uma ação de reintegração dos jovens e de suas famílias na sociedade);
- **Jacaraci** – Projeto Lixo Inteligente (Implantação da coleta seletiva de lixo e promoção da segurança alimentar);

montante a ser aplicado, vindo a se constituir em um referencial para a formulação de políticas públicas. Dando continuidade a esse estudo, foram iniciadas as pesquisas que identificam os investimentos industriais efetivados entre 2005 e 2008, bem como aqueles previstos para o período 2009-2012;

- **Jaguaquara** – Recicla Jaguaquara (Organização de uma cooperativa de catadores de resíduos recicláveis do município de Jaguaquara, visando a implantação da coleta seletiva que contemplem a inserção desses profissionais e seu reconhecimento enquanto parceiros prioritários nos serviços de limpeza urbana, visando a geração de renda, educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população);
- **Laje** – A Saúde dos Dentes na Escola (Educação continuada em Saúde Bucal, aplicando as ações preventivas no cotidiano escolar, e garantindo também um tratamento específico para os alunos das creches, ensino infantil e fundamental);
- **Malhada de Pedras** – Avicultura Familiar (Implantação de projetos para pessoas carregantes bem como a promoção de geração de renda através da avicultura familiar);
- **Pindaí** – Crescer Pindaí (Implantação de processo de beneficiamento de frutas nativas da região e do alho); e
- **Uauá** – Fênix (Realização de atividades educacionais e recreativas feitas por jovens e para jovens, buscando melhorar seu desempenho escolar, relação familiar e desligamento ou não envolvimento com drogas).

- O estudo contendo uma proposta de nova regionalização de referência para o planejamento das ações governamentais para o Estado da Bahia;
- Dando continuidade ao processo de valorização das iniciativas de gestores municipais na área social, a SPE acompanhou, em 2006, os 11 municípios que tiveram seus projetos premiados pelo Prêmio Selo de Incentivo Municipal da Bahia - SIM, em 2005, exercendo atividades voltadas para celebração dos respectivos convênios de repasse de recursos, com a aprovação dos planos de trabalho; realização de reuniões, contatos e visitas técnicas aos municípios premiados e a elaboração do relatório parcial de atividades do Prêmio SIM edição 2005;
- Reconhecendo a importância das articulações no processo de desenvolvimento, a SEPLAN participou da elaboração de documentos contendo prioridades de interesse do Estado da Bahia para aplicação, em 2007, dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. A definição das prioridades pautou-se em duas direções: a primeira - de natureza institucional e estruturante - visa ampliar e democratizar o montante de aplicações, simultaneamente ao suprimento das necessidades e carências de investimentos em infra-estrutura; já a segunda - de caráter mais específico - indica as prioridades relativas aos setores e segmentos produtivos do Estado, com base nas prioridades da Região Nordeste;
- Ainda no âmbito dos programas do Governo Federal, a SEPLAN tem cadeira no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/Pronaf, onde contribui efetivamente para a definição das diretrizes pertinentes às diversas linhas de ação do programa; e
- Participação na Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado da Bahia - APLs, coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, atualmente composta por dez arranjos produtivos, situados em diferentes pontos do Estado (a exemplo de Juazeiro, Ilhéus, Feira de Santana, Região Metropolitana de Salvador e Abaíra), contemplando diversos setores da economia. Importante destacar que, além de acompanhar as ações da Rede, a SEPLAN tem participação direta nos APLs de Tecnologia da Informação e de Transformação Plástica.

A Rede Planejamento da Bahia, que utiliza a base física da Rede Educação da SEC, em 2006, realizou oito videoconferências destinadas à articulação das prioridades do Plano Estratégico da Bahia. As videoconferências contaram, cada uma, com a participação de 20 municípios, possibilitando a integração de 200 pessoas em média, contemplando todas as regiões do Estado, alcançadas através dos seguintes centros de vídeo conferências: Alagoínhas, Amargosa, Barreiras, Bom Jesus da Lapa,

Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Salvador, Seabra, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista. Nestes eventos, foram tratadas as temáticas listadas à seguir, com a participação de especialistas das instituições envolvidas com os projetos e regulamentos respectivos:

- Orçamento Cidadão (SEPLAN, Ouvidoria Geral do Estado, SAEB e SECTI);
- Regulamentação de Convênios (SEPLAN, SEFAZ e TCE);
- Plano Diretor para os Municípios (SEPLAN, SEINFRA e UPB);
- Operacionalização da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (SEPLAN, UPB e TCM);
- A Fundação Odebrecht e as Ações do Ides no Baixo Sul (SEPLAN, Ides e APBS);
- Regionalização, Dinâmica Territorial e Desenvolvimento (SEPLAN, Ucsal, USP e SEI);
- Captação de Recursos pelos Municípios - Disponibilidade Interna (SEPLAN, CEF e outros).

A Rede Planejamento possibilitou a promoção de uma maior visibilidade dos programas governamentais e contribuiu para a inclusão de todo o território estadual na discussão dos instrumentos de planejamento, facilitando assim, a articulação entre as várias instituições das instâncias governamentais. Desta forma, a Rede se constitui em importante difusor de informações, criando canais de comunicação e esti-

mulando a participação dos segmentos envolvidos e/ou a sociedade como um todo, graças ao seu potencial de capilaridade e de horizontalidade.

Na área de Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE, a SEPLAN preside a Comissão Especial para implementação do Programa, que conta com a participação de secretarias setoriais, sendo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH a secretaria executiva. O acesso, o processo e a implementação do ZEE tem a finalidade de equacionar as dinâmicas da socioeconomia, a sustentabilidade e a proteção dos recursos ambientais do Estado. A legitimação do ZEE se dá através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e, atualmente, estão concluídos os ZEE do Litoral Norte e Extremo Sul, encontrando-se em fase de estudo o ZEE do Oeste.

No âmbito da proteção ao meio ambiente, a SEPLAN também participa da Comissão da Purificação - coordenada pela SECTI - cuja finalidade é propor políticas e ações para reduzir o impacto da contaminação pelo chumbo e cádmio no município de Santo Amaro. A SPE também tem sido participante ativa no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga na Bahia.

Ainda em 2006, foi implantada a Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio - Ripa, projeto concebido no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, que "busca estabelecer metodologias e experiências de visão de futuro, monitoramento da realidade, inteligência cooperativa, inteligência

competitiva e gestão do conhecimento para o posicionamento estratégico, quanto às oportunidades e ameaças do agronegócio brasileiro". Neste propósito, serão integradas as ações entre instituições do Governo, do setor produtivo, do terceiro setor e da comunidade de CT&I.

No âmbito do Estado da Bahia, a SECTI exerce a Secretaria Executiva da Ripa-BA, a qual está dividida em 19 Plataformas Tecnológicas, de forma a dar a devida atenção às demandas específicas. A SPE participará de quatro Plataformas Tecnológicas, segundo critérios de afinidades com os temas propostos, sendo seu compromisso, nesta fase inicial, cooperar na elaboração de um documento propositivo, alinhado as metas federais e pertinente às áreas de fontes renováveis de energia; desenvolvimento da agroindustrialização e aproveitamento de resíduos; desenvolvimento do zoneamento agroecológico e econômico; e informação para o agronegócio.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

As ações desenvolvidas pela SEPLAN, através da Superintendência de Orçamento Público - SPO, têm como referência o planejamento estadual de longo, médio e curto prazo, absorvendo a visão de futuro definida nas estratégias do "Bahia 2020: O Futuro a Gente Faz", e nas diretrizes contempladas no "Plano Plurianual 2004-2007: Desenvolvimento Humano e Competitividade", refletindo a preocupação em promover a sintonia com os novos rumos da administração pública - e com o próprio cenário contemporâneo - de forma a atender às

demandas necessárias nas áreas de planejamento e orçamento públicos.

O Orçamento como Instrumento de Gestão: PPA, LDO e LOA

As Constituições Federal e Estadual, de 1988 e 1989, respectivamente, apresentaram substanciais alterações na legislação até então vigente, no que se refere à matéria orçamentária.

A atual Constituição previu a necessidade de interação entre os instrumentos orçamentários - Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, de forma a viabilizar a estruturação e execução de seu programa de trabalho.

Destaca-se a adoção de uma estrutura programática no PPA, integrada com os orçamentos, de forma a permitir a interatividade e comunicação entre os instrumentos de planejamento de longo, médio e curto prazo, estabelecendo as diretrizes, programas e metas que deverão ser perseguidas pelo Governo.

Dessa forma, é possível visualizar a programação governamental expressa no recorte temporal de um exercício financeiro (orçamento anual), compatibilizada com o planejamento de médio prazo (PPA) e atendendo às disposições da Lei Complementar N.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no que se refere ao estabelecimento de normas voltadas para a responsabilidade fiscal, cujos pressupostos básicos são o planejamento e a transparência do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos, das

prestações de contas, da execução orçamentária e da gestão fiscal.

A transparência é assegurada pela divulgação e disponibilização dos referidos instrumentos, pela participação popular e pela realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e execução. Neste particular, o Estado da Bahia implementou uma ação inovadora: o Projeto Orçamento Cidadão, que consiste em uma ferramenta de consulta à sociedade, visando a participação ampla e irrestrita da população.

As adversidades provocadas pela crise do modelo de federalismo fiscal adotado no Brasil, aliadas a uma conjuntura econômica de baixas taxas de crescimento, bem como uma excessiva vinculação de receita, têm exigido maior dinamismo dos instrumentos de planejamento. Nesse sentido, estes instrumentos têm reforçado a sua qualidade como ferramentas de gestão. Na dimensão do planejamento, expressam a programação de recursos e metas do Governo a serem executadas. No plano econômico, constituem instrumento contábil para a gestão financeira do Estado. No sentido social, demonstram as estratégias governamentais para prover a sociedade de estrutura e infraestrutura de serviços essenciais ao seu bem-estar, reduzindo a vulnerabilidade e potencializando as oportunidades do Estado, com vistas a promover o crescimento e o desenvolvimento econômico-social.

Assim, os instrumentos de planejamento adotam uma visão estratégica na medida em que idealizam cenários para o futuro; facilitam o controle político e social das ações de Gover-

no, através da transparência do processo de alocação de recursos públicos; possibilitam o gerenciamento através da responsabilização por prazos, custos e resultados, permitindo avaliar a consecução dos objetivos estratégicos e os resultados, além da avaliação física e financeira dos programas e ações governamentais.

O Estado da Bahia, para a elaboração dessas peças de planejamento, vem utilizando cenários balizados pelas condições objetivas da economia nacional e estadual e suas expectativas para o futuro, compreendidos pelo horizonte temporal compatível a cada um desses instrumentos. Dessa forma, os parâmetros que orientam as estimativas das receitas do Estado estão relacionados aos aspectos da conjuntura econômica estadual, a expansão e melhoria do aparelho de arrecadação, a gestão junto aos agentes financiadores (contratação de convênios, operações de crédito, etc.), bem como aos rebatimentos das políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Federal.

Nessa perspectiva e diante das dificuldades fiscais que marcam a história dos governos subnacionais, surgiu um movimento da sociedade brasileira no sentido de proteger alguns setores sociais com a garantia de recursos do orçamento fiscal. Dessa forma, criam-se fundos e vincula-se receita na tentativa de atingir tal objetivo. Por outro lado, em paralelo a esse movimento, observa-se um aumento das despesas obrigatórias e que não contam com os mesmos mecanismos de proteção.

A vinculação da receita orçamentária combinada com o crescimento das despesas obrigatórias, diminui o grau de liberdade do gestor

público na medida em que engessa o orçamento público, sem deixar espaço para a inclusão de novos programas, conduzindo a uma perda de autonomia dos estados e municípios na gestão de seus recursos orçamentários e na determinação de suas prioridades.

No Estado da Bahia, por exemplo, no orçamento aprovado para o exercício de 2006, cerca de 61,1% dos recursos estão vinculados, restando, apenas, aproximadamente, 38,9% para serem livremente alocados no exercício do poder discricionário do Estado. Ressalte-se, ainda, que sendo considerados os recursos destinados ao pagamento da dívida pública estadual, esses percentuais se apresentam de modo ainda mais preocupante, pois as vinculações perfazem 70,3%, enquanto os recursos livres reduzem a 29,7%.

Vale registrar que, se por um lado as vinculações de receitas trazem inegáveis benefícios à sociedade - na medida em que protegem o gasto social - por outro lado, geram grandes dificuldades na gestão orçamentária, não apenas na eficácia da arrecadação de recursos, mas na limitação do seu emprego, inibindo uma distribuição mais equilibrada nas diversas áreas, o que vem comprometer a eficácia e efetividade da gestão pública.

A excessiva vinculação de receita aumenta a complexidade no processo de alocação de recursos orçamentários nos diversos programas e ações governamentais. Desse modo, para viabilizar um patamar razoável de investimento, faz-se necessária a adoção de estratégias de gestão compartilhadas dos recursos vinculados a fundos específicos, reduzindo assim, o grau de engessamento dos instrumentos orçamentários.

Entre todas as restrições enfrentadas nos últimos anos, nenhuma se compara às dificuldades de financiamento da educação. Ocorre que, a incerteza quanto ao financiamento da educação básica no país, em função da demora na aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, que substituirá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental - Fundef, tem exigido do Estado um aporte significativo de recursos ordinários para dar cobertura às despesas de pessoal e custeio, comprometendo os níveis desejáveis de investimento. Neste modelo, a Bahia vem aplicando, nos últimos anos, um percentual bem mais elevado do que o constitucionalmente previsto, gravitando em torno de 28% dos impostos líquidos, percentual que se eleva a 33 % quando se consideram os gastos com pessoal inativo da área educacional.

A essas dificuldades no fechamento da equação orçamentária, soma-se o crescente percentual de recursos aportados obrigatoriamente aos Poderes Judiciário e Legislativo, ao Ministério Público e, mais recentemente, à Defensoria Pública, o que impõe ao Executivo - cada vez mais - o ônus discricionário da redução do gasto, que termina por refletir diretamente na sua capacidade de investimento.

Diante dessas circunstâncias, o exercício de elaboração dos instrumentos de planejamento tem exigido cada vez mais a eficiência na aplicação dos recursos para atender demandas da sociedade. Nesse sentido, a elaboração dos instrumentos de planejamento vem assumindo um foco estratégico, deixando de

se constituir apenas em um documento legal, como tradicionalmente era reconhecido, para transformar-se em ferramental básico de gestão pública. Vale salientar, no que pese os avanços da Bahia na melhoria e integração do seu processo de planejamento, refletidos especialmente nas peças orçamentárias, ainda muito se tem a fazer para o refino e aprimoramento dessas funções.

Orçamento Cidadão: uma Proposta Democrática de Gestão

O fenômeno da globalização vem impondo uma realidade mundial marcada por profundas e aceleradas mudanças nas diversas áreas, haja vista o crescimento das desigualdades e exclusão social e, principalmente, pelo nível de consciência atingido pelo cidadão a respeito do verdadeiro papel do estado moderno, que ocupa, cada vez mais, seu espaço de provedor de bens públicos, liberando-se da condição de interventor da economia. A sobrevivência nesses novos tempos traz como palavra-chave a modernidade e como condição precípua a sustentabilidade, o estreitamento e fortalecimento das relações estado/sociedade, que devem trilhar o caminho da história como parceiros e cúmplices dos seus resultados.

Convidar a sociedade a participar do Planejamento Governamental é um marco histórico na política baiana - concretizando a determinação do governo em estar sintonizado com os apelos dos novos tempos - que possibilita a decisão do emprego dos recursos públicos de forma mais acertada e compatível com a vontade majoritária da sociedade.

Com esse entendimento, em 2003, o Governo do Estado, numa iniciativa inédita, abre um canal de comunicação com a sociedade para elaboração do "Plano Plurianual de Investimentos relativo ao período 2004-2007". Para tanto, o modelo de consulta adotado foi o mesmo praticado pelo Governo Federal e por outros Estados, mantendo um diálogo com a sociedade através de entidades representativas: conselhos, sindicatos, igrejas, lideranças empresariais, organizações não governamentais, associações, dentre outras. Foram realizadas 13 audiências públicas, em um período de 30 dias, entre maio/junho 2003, conduzidas pelos Secretários de Estado e Assessores Setoriais, reunindo cerca de 500 participantes. Esta consulta, de caráter propositivo, após análise de viabilidade técnica e compatibilidade financeira, teve boa parte das sugestões absorvidas no Plano Plurianual.

Inaugurada esta nova fase do planejamento, o Estado da Bahia lançou, em janeiro de 2005, o projeto Orçamento Cidadão, com o propósito de dar continuidade à iniciativa de participação da sociedade na construção dos planos e programas de governo. Diferenciado da consulta do PPA, o Orçamento Cidadão criou um canal de comunicação direto com a sociedade onde, ao cidadão baiano, de forma individual ou coletiva, foi assegurado um espaço para se pronunciar, registrando pleitos e sugestões que integraram um banco de idéias, subsidiando o planejamento governamental. Este projeto, que teve sua primeira investida no Orçamento 2006, se propõe a formar uma base de alimentação permanente a todo o ciclo de planejamento público, envolvendo os planos de longo, médio e curto prazo.

Contando com a parceria de outros órgãos estaduais: Secretaria da Administração do Estado, através dos postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, Ouvidoria Geral do Estado, através do seu *call-center*; e a rede de infocentros gerenciados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, a interlocução com o governo se deu de forma ágil e desburocratizada, permitindo a todo e qualquer cidadão solicitar e sugerir ajustes no programa de trabalho do Governo.

Em todos estes canais de comunicação o cidadão contou com o auxílio de um corpo técnico treinado e habilitado a navegar corretamente no site específico - www.orcamentocidadao.ba.gov.br, procedendo aos registros das demandas. O caráter democrático da consulta, assegurado pelo alcance do público-alvo e pela cobertura territorial, tornou este projeto pioneiro entre os estados do Brasil, considerando que iniciativa desta natureza só foi, até então, implementada por municípios. Alguns resultados estão descritos no Anexo I.

Fortalecimento do Intercâmbio Técnico entre os Estados

A partir da necessidade de fortalecer a função planejamento, especialmente a sua sub-função de orçamento, com estudos e aprofundamentos em questões e aspectos que afetam a peça orçamentária, a SPO capitanearu um movimento de mobilização dos seus pares nos demais entes da Federação, que resultou na criação do Grupo de Gestores de Planejamento e Orçamento dos Estados - Gepor.

Para a divulgação e socialização dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo, foi estruturado o site www.seplan.ba.gov.br/gepor.htm, através do qual é possível acessar o estatuto, a lista de representantes estaduais, as consolidações das propostas discutidas em relação aos temas debatidos, além de outras informações.

A experiência dos Estados na formulação da proposta orçamentária assinala a importância da qualidade das informações disponíveis no momento desse exercício, uma vez que a proposta é elaborada em ano anterior ao que vigerá. Portanto, esse ambiente já carrega um grau de incerteza bastante elevado, na medida em que não há controle sobre as mudanças desenhadas no quadro econômico futuro do país, visto que este se encontra atrelado às decisões do Governo Central, sendo os governos sub-nacionais obrigados a decidir sobre fatos ainda não maturados e definidos efetivamente. O rigor da Lei de Responsabilidade Fiscal vem impondo aos entes federativos o estabelecimento de metas fiscais em meio a este cenário.

Diante do ambiente descrito, a SPO, propôs a realização do Encontro Nacional sobre Orçamento Público dos Estados, buscando criar um espaço de integração onde os técnicos da área de orçamento pudessem apresentar idéias e opiniões, com base nas suas vivências.

O Estado da Bahia vem assumindo a liderança desse processo, apresentando contribuições no sentido de propor alternativas para contornar os problemas que afligem a gestão orçamentária nos Estados, sugerindo temas e soluções,

consolidando as propostas no âmbito nacional, sobretudo naquelas questões que impactam na elaboração das peças orçamentárias, gerando complexidade e limitações para a viabilização das ações governamentais.

Assim, a Bahia acolheu o I e o III Encontros, enquanto que os demais foram realizados em Santa Catarina (II) e Mato Grosso (IV). Os eventos contaram com a ampla participação dos Estados, favorecida pela adoção de uma metodologia de trabalho que propiciou a obtenção de um produto concreto, capaz de sinalizar alternativas de direcionamento para as questões abordadas, impactantes no planejamento e orçamento dos Estados.

A Contribuição da Bahia ao Projeto de Lei Complementar do PPA

As contribuições trazidas pela Constituição de 1988, com destaque ao processo de planejamento, constituíram-se em marco sistêmico da Administração Pública a partir do momento em que estabeleceu a hierarquia e a integração das três peças orçamentárias: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

Entretanto, conforme determina a própria Constituição em seu artigo 165, parágrafo 9º, a regulação dessa matéria dar-se-á através de Lei Complementar. Neste sentido, vários projetos de Lei Complementar circularam no Congresso Nacional, mas nenhum obteve aprovação por motivos que apontam para a complexidade das matérias a serem disciplinadas por uma mesma lei complementar.

Partindo dessa premissa e considerando que a Lei 4.320/64, norma atualmente em vigor - notadamente no que se refere à execução da despesa - ainda apresenta-se em linhas gerais como satisfatória; que a Lei Complementar 101/2000 estabeleceu normas sobre programação, endividamento e operações de crédito; e que o Poder Executivo tem introduzido modificações nas classificações orçamentárias através da edição de portarias interministeriais, visando harmonizar práticas contábeis, pode-se considerar que alguns conteúdos da Lei Complementar estão cobertos por legislação normatizadora, embora nem sempre da maneira mais adequada. Urge, entretanto, a necessidade da edição de disposições interpretadoras relativas ao Plano Plurianual, introduzindo conceitos, definições e normas metodológicas que possibilitem a efetiva utilização do instrumento nos níveis federal, estadual e municipal.

Para solucionar esta problemática, o Ministério do Planejamento programou, no final de 2005, em Brasília, um encontro denominado "Normas sobre o PPA: Uma Visão Federativa", e convocou todos os estados brasileiros para debaterem um Ante Projeto de Lei Complementar, com o objetivo de discutir um Projeto de Lei Complementar específico para regulamentar as questões relativas ao PPA, visando suprir os principais pontos de carência, quais sejam: o conteúdo e os prazos, a integração entre o PPA, LDO e LOA e a articulação dos planos plurianual dos entes da federação nos três níveis de Governo, além de buscar neutralizar as contingências políticas, assegurando o respaldo técnico necessário à viabilização do Plano.

A Bahia participou do Encontro e passou a integrar o Grupo Nordeste, responsável por consolidar as propostas da região e apresentar o resultado ao Fórum de Secretários de Planejamento. Consciente da importância da matéria, a SPO realizou reunião com todos os representantes de unidades setoriais e seccionais do Sistema Estadual de Planejamento, no intuito de discutir o Ante Projeto de Lei e apresentar as sugestões locais, que foram debatidas por cerca de 100 participantes de diferentes unidades administrativas do Estado.

Após a consolidação do resultado, a Bahia tomou a iniciativa de coordenar a consolidação da Proposta da Região Nordeste e, para tanto, programou um encontro que contou com a participação de representantes de seis - dos nove - Estados do Nordeste: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e Sergipe, além da Bahia. Deste encontro resultou um documento sintetizando a proposta da região, que foi apresentada pela Superintendente de Orçamento Público da Bahia, na reunião do Fórum de Secretários de Planejamento, ocorrida em Brasília, em agosto de 2006.

As principais observações sobre o texto do Ante-Projeto de Lei, referem-se ao comprometimento na atualidade do documento; à preservação da performance de um plano de médio prazo; ao estabelecimento de prazos para alinhar os PPAs nos níveis federal, estadual e municipal; à exclusão do texto do Ante Projeto de Lei de aspectos de competência específica da LRF ou da LDO; à preservação da identidade dos entes federativos; à estratégia facilitadora dos ajustes do PPA, via LOA; e ao estabelecimento de prazos para a criação e

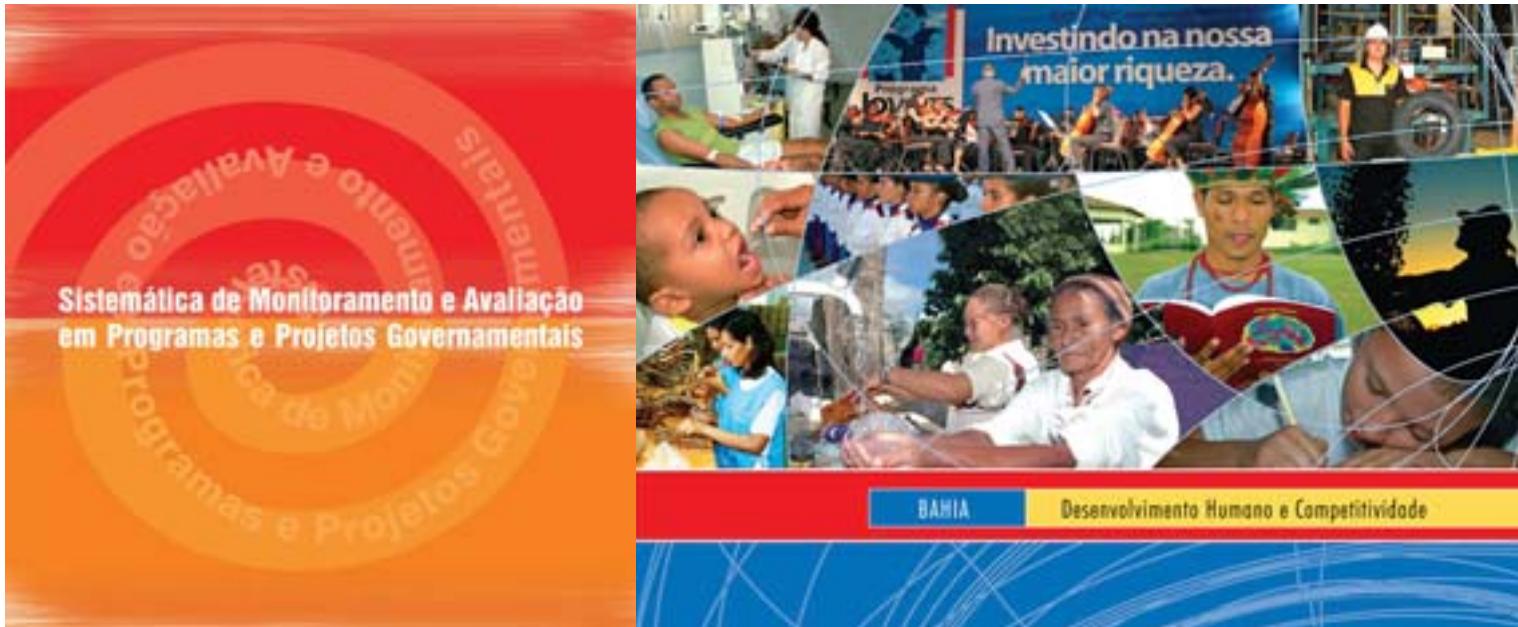
composição dos Conselhos Técnicos com representantes dos entes da Federação.

A análise da equipe da Bahia oportunizou a correção de questões de ordem conceitual, buscando o alinhamento da contemporaneidade desses conceitos, cuja defasagem vem resultando em problemas de natureza operacional no que se refere aos aspectos programáticos e orçamentários. Inclusive, foi sugerida a incorporação de novos e relevantes temas no glossário anexo ao Ante Projeto de Lei, tais como: acompanhamento, atividade finalística, atividade meio, avaliação, despesa corrente, despesa de capital, despesa de custeio, investimento corrente, investimento de capital e monitoramento.

O Aperfeiçoamento dos Instrumentos Orçamentários

No período 2003-2006 foram realizadas as seguintes atividades:

- Aprimoramento constante dos cenários de projeção de receita, com vistas a perseguir a menor margem de desvio entre a estimativa e a realização, viabilizando, de forma satisfatória, a execução dos compromissos traduzidos nas despesas obrigatórias e discricionárias do Governo;
- Fixação de despesas utilizando o máximo de racionalização e otimização na sua alocação, de forma a atender os compromissos legais e obrigatórios, bem como ampliar a margem de flexibilidade do Programa de Investimentos, refletida pelo efetivo crescimento da oferta de bens e serviços à sociedade;



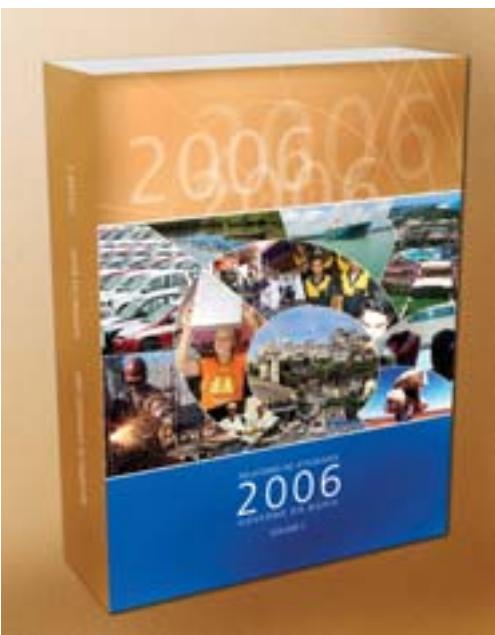
- Enfrentamento das dificuldades orçamentárias, relacionadas às vinculações de recursos - notadamente no que se refere à redução crescente das disponibilidades financeiras para o financiamento à educação e ao descompasso entre os incrementos da receita e das despesas obrigatórias, buscando viabilizar a execução do programa de Governo, em níveis satisfatórios e compatíveis com a necessidade de alcance do objetivo de melhoria da qualidade de vida dos baianos, com a consequente elevação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; e
- Adoção de práticas que visem à perfeita sintonia entre o orçamento e o financeiro, entendendo que receita e despesa são duas faces de uma mesma moeda.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Através da Superintendência de Gestão e Avaliação - SGA, a SEPLAN, no período 2003-2006, deu continuidade ao Programa de Monitoramento e Avaliação, implementando as quatro estratégias básicas: Formação, Informação, Articulação/Comunicação e Planejamento.

A adoção dessas estratégias permitiu a construção de processos e produtos que se complementam e vêm contribuindo para o aprimoramento das atividades associadas ao monitoramento e avaliação de programas e projetos governamentais.

Como principais resultados do desenvolvimento integrado dessas atividades, há que se registrar: capacitação de servidores em Monitoramento e Avaliação - M&A, manualização de procedimentos, produção



de informações estratégicas, elaboração do Guia da Sistematização de Monitoramento e Avaliação, formulação de propostas programáticas para o período 2007-2010 e elaboração de relatórios de governo.

O desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos no âmbito do M&A é uma pré-condição para a efetivação de práticas focadas na gestão por resultados. Nesse sentido, a SGA vem investido em capacitação e sensibilização de servidores para atuarem neste segmento do planejamento. Para a padronização de procedimentos e uniformização de conceitos, a SGA produziu manuais para o acompanhamento das ações governamentais, avaliação do Plano Plurianual - PPA e elaboração do Relatório de Atividades, conforme descrição apresentada no Quadro 5.



QUADRO 5**FORMAÇÃO EM MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
BAHIA, 2003-2006**

PRODUTO/ATIVIDADE	FINALIDADE	CONTEÚDO
Manuais de Acompanhamento 2004, 2005 e 2006	Orientar os procedimentos relativos ao acompanhamento no Siplan e dos Relatórios Gerenciais	Instruções para a operacionalização do módulo de acompanhamento do Sistema Informatizado de Planejamento - Siplan e o acompanhamento gerencial, além de um glossário da área
Manual de Avaliação do PPA 2004-2007	Apresentar uma metodologia para a avaliação dos programas prioritários do PPA 2004-2007	Procedimentos, formulários, glossário e apuração dos indicadores para a avaliação dos programas prioritários
Manuais dos Relatórios de Atividades 2004, 2005 e 2006	Fornecer as orientações para a construção do Relatório de Atividades	Definição das normas, procedimentos, roteiro e cronograma para a elaboração do documento
Curso de M&A, em parceria com a Flem, ministrado pelo Instituto Banco Mundial, envolvendo 44 servidores das diversas secretarias	Capacitar os servidores que atuam em Monitoramento e Avaliação - M&A	Conceitos básicos de M&A, elaboração de modelo lógico de programas, formulação de indicadores, organização e análise de dados e estudos de caso
Oficina de M&A realizada em parceria com a Universidade Salvador - Unifacs, envolvendo 42 servidores das diversas secretarias estaduais	Capacitar os servidores que atuam em Monitoramento e Avaliação - M&A	Aspectos teóricos e metodológicos de M&A
Treinamento para o Módulo de Acompanhamento do Sistema Informatizado de Planejamento - Siplan	Treinar e atualizar servidores para alimentação, consulta e emissão de relatórios do Siplan	Organização, leitura e procedimentos para o acompanhamento físico e financeiro
Consultoria de M&A envolvendo 11 oficinas com diversas secretarias	Sensibilizar servidores sobre a importância do M&A	Diagnóstico da situação de M&A na rede estadual, apresentação e utilização dos instrumentos de planejamento na gestão por resultados

Fonte: SEPLAN/SGA

Na implementação da estratégia de informação a SGA investiu na coleta, tratamento e análise de informações tempestivas e de qualidade, condição básica para a melhoria do processo decisório e do planejamento governamental.

O aperfeiçoamento do Sistema Informatizado de Planejamento - Siplan, a obtenção e registro de informações e a consolidação de todas as realizações de governo foram as ati-

vidades desenvolvidas que resultaram na edição de revistas e de relatórios, conforme demonstra o Quadro 6.

Os Anexos II, III, IV, V, VI e VII disponibilizam um conjunto de informações de diversas realizações governamentais, monitoradas pela SGA, no período 2003-2006.

QUADRO 6

**INFORMAÇÃO SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
BAHIA, 2003-2006**

PRODUTO / ATIVIDADE	FINALIDADE	CONTEÚDO
Relatórios Gerenciais (mensal e trimestral)	Analisar a execução física e financeira das realizações governamentais ao longo do período 2004-2006	<p>Áreas Temáticas e Projetos Especiais Educação, Saúde, Saneamento, Habitação, Prevenção e Controle Criminal, Peti, Mãos à Obra, +Vida, Cabra Forte, Flores da Bahia, Produzir, Pró-Gavião, Crédito Fundiário, Terra Fértil, Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos - PGRH, Pró-Agua, Prodetur e Programa Corredores Rodoviários-PCR II</p> <p>Fontes de Recursos Próprias do Tesouro por Secretaria, Fundo Estadual de Saúde, Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, Fundo de Investimento Econômico e Social (Fies-Ba), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Royalties, Operações de Crédito Externas e Operações de Crédito Internas</p> <p>Áreas Consolidadas Obras Iniciadas por Município, PPA - Plano Plurianual, Investimento das Funções do Governo do Estado e por Eixo de Desenvolvimento</p>
Relatório de Atividades 2003, 2004, 2005 e 2006	Apresentar as realizações governamentais do exercício	Extrato das intervenções do Governo do Estado de natureza social, econômica, ambiental, espacial e de gestão, bem como dos seus produtos, resultados e impactos
Revistas Bahia Dois Anos em Revista 2003-2004 e Bahia Três Anos em Revista 2003 - 2005	Demonstrar uma síntese das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado no período	Extrato das intervenções governamentais nas áreas de economia, inclusão social, ação social e cidadania, infra-estrutura e gestão ambiental e dos recursos hídricos
Tabelas com séries históricas e ranking de variáveis de interesse da administração	Subsidiar os gestores e os instrumentos de M&A	Indicadores sociais, econômicos, ambientais, demográficos etc
Planilhas atualizadas referentes aos indicadores definidos no PPA 2004-2007	Apurar os Indicadores do PPA 2004-2007	Indicadores por programas e secretarias e modificações sugeridas pelos executores
Planilhas com ações por município, área de atuação e recursos aplicados no período 2003-2005	Apresentar as realizações governamentais nos principais municípios	Extrato das intervenções de natureza social, econômica, infra-estrutura e ambiental
Aperfeiçoamento do Módulo de Acompanhamento do Siplan	Aprimorar informações e disponibilizar novos relatórios de acompanhamento	Metas por Secretaria, Executor, Fonte e Unidade Orçamentária Metas por Programa e Projeto Especial Obras por Município e Tipo Execução Financeira por Eixo de Desenvolvimento Metas Gerenciais Monitoramento do PPA
Módulo de Acompanhamento do Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças - SGPF (em andamento)	Desenvolver o planejamento e especificação do módulo	Planejamento e especificação do módulo

Fonte: SEPLAN/SGA

O desenvolvimento de mecanismos para aumentar a aderência entre a formulação, execução, monitoramento, avaliação e a retroalimentação da programação governamental é fundamental para a obtenção de uma maior eficiência e eficácia na administração pública.

Neste sentido, para a implementação da estratégia articulação/comunicação, a criação e manutenção de canais de interlocução com as setoriais e suas seccionais torna-se imperativo para o desenvolvimento das atividades de M&A. A SGA promoveu reuniões técnicas e investiu na contratação de consultoria especializada, buscando uma maior articulação/comunicação com as secretarias finalísticas, e diagnosticou as

dificuldades para a gestão dos programas e projetos multisetoriais, conforme o Quadro 7.

O Programa de Monitoramento e Avaliação - M&A advoga que a qualidade das práticas de M&A está diretamente associada com a qualidade do planejamento governamental. Investir numa melhor formatação de programas e projetos, desde a elaboração do seu modelo lógico até o desenvolvimento de sistemas informatizados de programação, orçamento e acompanhamento das ações de governo, foi uma das estratégias implementadas, cujas atividades e produtos encontram-se detalhados no Quadro 8.

QUADRO 7

ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO BAHIA, 2003-2006

ATIVIDADE	PRODUTO
Reuniões Técnicas	Apresentação voltada para o alinhamento de conceitos, procedimentos e documentos publicados no âmbito do Monitoramento e Avaliação - M&A no Estado da Bahia
Consultoria de M&A	Elaboração de um diagnóstico da situação de M&A e fortalecimento dos interlocutores da SGA em seis secretarias estaduais

Fonte: SEPLAN/SGA

QUADRO 8

PLANEJAMENTO EM MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO BAHIA, 2003-2006

PRODUTO	FINALIDADE	CONTEÚDO
Guia da Sistemática de Avaliação	Apresentar uma metodologia para monitorar e avaliar programas e projetos governamentais	Aspectos conceituais e operacionais, organizados em 12 passos, incluindo um modelo para o Relatório de Avaliação
Propostas programáticas para o período 2007-2010	Retroalimentar o planejamento a partir das análises das realizações do período 2003-2006	Conjunto articulado de intervenções programáticas voltadas para a formulação de planos governamentais
Modelo Lógico do Programa Cabra Forte	Apresentar as informações sobre o funcionamento de um programa ou projeto governamental	Objetivos, atividades, produtos, resultados e impactos do programa Cabra Forte
Consultoria de M&A	Intensificar e fortalecer os instrumentos da SGA em atividades de M&A	Matriz lógica dos principais projetos de seis secretarias estaduais
Retroalimentação da programação do Governo	Possibilitar ao Governo um controle adequado para as tomadas de decisões, através do seu órgão central de planejamento e das ramificações nas unidades executoras	Proposta programática para o médio prazo, focalizando as intervenções em 20 áreas programáticas, que se integram e se complementam com objetivos, metas, recursos financeiros e inovações

Fonte: SEPLAN/SGA

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A área de Cooperação Técnica desenvolveu suas atividades de forma a obter doações, fomentar o intercâmbio de experiências exitosas, resultando na formação de importantes parcerias para o desenvolvimento estadual.

Do Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF/Banco Mundial, o Estado obteve a doação de US\$ 349 mil destinados a elaboração do projeto Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga (Mata Branca), uma realização conjunta dos Estados da Bahia e Ceará. Já aprovado pelo GEF, o projeto, com duração prevista para quatro anos, será executado pelos dois Estados a partir de 2007, utilizando US\$10 milhões doados pelo Fundo.

Do Governo Espanhol obteve a doação de 232 mil Euros através da Linha de Financiamento de Estudos de Viabilidade - FEV, administrada pelo Ministério da Economia da Espanha, destinada à realização de estudo de viabilidade para implantação da plataforma logística multimodal em Juazeiro, concluído em setembro de 2006. Encontra-se em negociação uma nova cooperação com a Espanha para obtenção de um FEV para a Ferrovia Leste-Oeste.

Também na área de desenvolvimento de projetos, uma cooperação com o Fundo Japonês para o Desenvolvimento de Políticas e Recursos Humanos - PHRD resul-

tou na doação de US\$ 978 mil para preparação da segunda etapa do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos - PGRH-II. Do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - Fida, foram obtidos US\$ 500 mil, a fundo perdido, para o desenvolvimento de Projeto-Piloto de Produção de Biodiesel.

Embora não tenha produzido ações diretas no exercício 2006, também merece destaque no último quadriênio, a celebração de dois acordos de cooperação com a França: com a Adéfrance - Groupement des Aménageurs et Développeurs en France, para intercâmbio de experiências nas áreas de desenvolvimento regional e urbano, especialmente em infra-estrutura de transportes, e com o Departamento de Charente-Maritime, para a promoção de atividades nas áreas náutica, cultural e social.

Também no período, o acordo firmado entre o Governo do Estado, a Unesco e a Fundação Luís Eduardo Magalhães - Flem, para realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento do Estado da Bahia. No âmbito desse acordo foram realizados o "Seminário de Cooperação Técnica International - Perspectivas, Atores e Oportunidades para a Bahia" e o "Seminário Indústrias Criativas: a Cultura no Século XXI", este último em parceria também com o Ministério da Cultura, tendo em vista a possibilidade de instalação na Bahia, da sede do Centro International de Economia Criativa.

TABELA I

CARTEIRA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
BAHIA, 2005-2006

PROGRAMA/MODALIDADE	DOADOR	ANO	VALORES (US\$ 1.000,00)
Executado/Em execução			641
Elaboração de Projeto "Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga"	GEF/BID	2005	349
Estudo de Viabilidade da Plataforma Logística multimodal de transporte em Juazeiro	FEV/Espanha	2006	292 *
Em Negociação			12.738
Execução de Projeto "Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga"	GEF/BID	2007	10.000
Preparação da segunda etapa do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH-II)	PHRD/BID	2007	978
Projeto-Piloto de Produção de Biodiesel	FIDA/BID	2007	500
Estudo de Viabilidade da Ferrovia Leste-Oeste	FEV/Espanha	2007	1.260 **
TOTAL			13.379

Fonte: Cooperação Técnica / SPF //SEPLAN

* A doação foi de 232.475,76 Euros, em fevereiro/2006, tendo o recurso sido repassado diretamente à empresa espanhola vencedora da licitação.

** O valor em negociação é de 1 milhão de Euros.

**SISTEMAS
INFORMATIZADOS****Modernização do Siplan**

Em 2006, deu-se continuidade ao aprimoramento do Sistema Informatizado de Planejamento - Siplan, através do desenvolvimento do Módulo de Indicadores do PPA e da construção de vários relatórios, a exemplo de: Inclusão de Metas Novas, Ações Governamentais por Fonte de Recursos e o de Crítica da Execução das Metas Governamentais.

**Sistema de Gestão Integrada
de Planejamento e Finanças -
SGPF**

As discussões e medidas em torno do que ficou conhecido como ajuste fiscal, levadas a efeito até o final dos anos 90, enfatizavam a eficiência da máquina arrecadadora e a redução dos gastos pela via da reforma estrutural, em especial com a retirada do Estado de atividades tipicamente econômicas e passíveis de serem transferidas para a iniciativa privada.

Contudo, mesmo ao longo desse período, germinava a idéia de que, para além da elevação da arrecadação e das privatizações, a modernização da administração pública exigia ações estratégicas e reengenharias de processos, capazes de dar suporte à lógica da qualidade do gasto, assim entendido como custos adequados e efetividade de resultados. Essa perspectiva implicava, necessariamente, na ênfase no planejamento e no orçamento como processos chaves e nos seus desdobramentos no campo das finanças públicas, inserindo-se aí a execução orçamentária e financeira e a contabilidade.

Assim é que, a partir de maio de 2000, numa ação conjunta das Secretarias da Fazenda e do Planejamento, o Governo da Bahia deu início ao redesenho dos seus processos organizacionais nos segmentos de planejamento e finanças, culminado na concepção de um sistema de gestão integrada, ora em fase de desenvolvimento, tendo como diretrizes: observância às imposições legais, registro tempestivo, integração entre os processos, descentralização, flexibili-

dade, responsabilização direta, retroalimentação automática e instituição de indicadores de desempenho.

O Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças - SGPF foi concebido sob forma de seis módulos interdependentes:

- **Receita:** contemplando o cadastramento das fontes e aplicações, as projeções anuais e mensais e as reestimativas da receita pública;
- **Planejamento:** envolvendo as funções de cadastro de informações para a programação, consulta pública, manutenção de carteira de propostas, projeções de despesas e elaboração dos instrumentos legais de Planejamento Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária - LOA;
- **Modificação:** incluindo todos os procedimentos de alteração do programado e aprovado, com atualização automática dos documentos legais de origem e das referências para a execução orçamentária e financeira;
- **Execução Orçamentária e Financeira:** envolvendo todos os procedimentos da execução da despesa pública, gerando os dados necessários ao monitoramento dos gastos;
- **Monitoramento:** provendo o acompanhamento sistemático das ações governamentais, nos aspectos físico e financeiro; e
- **Contabilidade:** constando dos registros tempestivos de eventos contábeis, elaboração de prestações de contas e relatórios gerenciais.

O SGPF utilizará o Banco de Dados Corporativo do Estado - BDCE e o Sistema de Gestão de Acesso Integrado - Sigai, ambos de responsabilidade da Secretaria da Administração e em execução através da Companhia de

Processamento de Dados do Estado da Bahia - Prodeb.

Com o objetivo de evitar retrabalho e inconsistência de dados, também estão previstas integrações com os principais sistemas da administração estadual - dentre os quais, recursos humanos, compras, materiais e patrimônio, dívida pública, controle da arrecadação, custos públicos e informações gerenciais, bem como com aplicações de instituições financeiras que operam com o Estado.

No âmbito da SEPLAN estão sendo desenvolvidos os módulos de Receita, Planejamento e Modificação - sob responsabilidade da Superintendência de Orçamento Público - SPO e o módulo de Monitoramento - a cargo da Superintendência de Gestão e Avaliação - SGA. A coordenação técnica do projeto, na Secretaria, é realizada pela Diretoria Geral.

Entre agosto de 2004 e março de 2005, as atividades foram concentradas no planejamento do projeto e na revisão dos documentos de pré-especificação, que serviram de referência à licitação promovida através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud e da SEFAZ. A partir de abril de 2005 foram iniciados os trabalhos de especificação dos processos constantes dos módulos e de definição das integrações com outras aplicações do Estado.

Na estratégia definida pelo Comitê Gestor do projeto SGPF, composto por dirigentes da SEPLAN, SEFAZ, SAEB e Prodeb, a implementação do sistema deverá ser feita em duas etapas, sendo a primeira um piloto, já em 2007, e a segunda envolverá a entrada em operação de todos os módulos. Essa estratégia foi estabelecida em função da interdependência dos módulos do processo de planejamento e do processo financeiro e contábil, com perspectiva de que todo o sistema esteja integralmente em operação em 2009, envolvendo, inclusive, as integrações necessárias.

SIG-BAHIA - Sistema de Informações Gerenciais

Para acompanhar a dinâmica governamental, o sistema necessita de constantes mudanças que garantam o foco nos recortes gerenciais exigidos pela administração pública. Desta forma, foram reestruturadas e/ou incluídas informações sobre:

- Trabalho e Assistência Social - atendimento prestado a crianças, jovens, trabalhadores, idosos e pessoas com necessidades especiais;
- Aspectos do Programa de Inclusão Digital - PID, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, que permitem obter o perfil dos usuários dos infocentros implantados no Estado, no que se refere a faixa etária, escolaridade, renda familiar, sexo e etnia;
- Resultados de programas vinculados à Agência de Fomento do Estado da Bahia - Desenbahia;
- Compras governamentais a partir de cada secretaria, grupo de matérias e Estado fornecedor, com alimentação automatizada pelo Simpas, diariamente;
- Visão gerencial de programas de governo e programas especiais, aperfeiçoando a combinação de informações relacionadas.

Também foram realizadas melhorias em diversos pontos de alimentação do sistema, buscando o aprimoramento dos métodos de cargas, além da ampliação de gráficos e mapas dos diversos assuntos contemplados.

Como um dos resultados do "Encontro dos Parceiros de Obras do SIG-BAHIA", realizado com a participação de técnicos e gestores de obras dos órgãos integrantes da rede de articulação do sistema, visando a melhoria da qualidade da informação prestada, foi implantado o envio sistemático de relatórios de amostragem de obras para os respectivos gestores SIG-BAHIA, que os analisarão constantemente. Também foi implantado, na Superintendência de Construções Administrativas - Sucab, o projeto piloto de leitura banco a banco, que substituirá o atual método de envio de arquivos de carga, dando maior agilidade e confiabilidade na alimentação dos dados disponibilizados. Nesta ocasião, efetivou-se a ampliação de parceiros alimentadores de obras, com a inserção da Sudesb, que executa obras ligadas a esportes a partir de convênios com os diversos municípios do Estado.

Também em 2006, foi lançada a versão web do "SIG-Bahia Sociedade", a qual disponibiliza quase a totalidade de informações do módulo Perfil Socioeconômico do Sistema, utilizado pela administração pública estadual, e que disponibilizará para o cidadão, significativos dados sobre o Estado, suas regiões e municípios.

Ainda em 2006, foi realizado um importante trabalho na construção do modelo corporativo de dados do Estado - junto a SEFAZ, SAEB e Prodeb - além da participação ativa na avaliação e homologação dos modelos de dados e padrões para o novo Sistema Gerencial de Planejamento e Finanças - SGPF.

ANEXO I

ORÇAMENTO CIDADÃO
BAHIA, 2006

**PERFIL DAS SOLICITAÇÕES - ORÇAMENTO CIDADÃO
Comparativo 2005 e 2006**

Solicitações	2005	2006	Incremento ou Redução
Compatíveis com as atribuições do Estado	9.555	91.819	861%
Não compatíveis com as atribuições do Estado	2.799	2.741	-2%
TOTAL	12.354	94.560	665%

**GOVERNO DA BAHIA - ORÇAMENTO CIDADÃO
SOLICITAÇÕES POR ÁREAS DE INTERESSE
Comparação 2005 e 2006**

ÁREAS	Solicitações			Composição das solicitações		
	2005	2006	Incremento	2005	2006	Variação
SAÚDE	2.444	22.071	803%	25,6%	24,0%	-1,5%
EDUCAÇÃO	2.215	17.301	681%	23,2%	18,8%	-4,3%
SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFESA CIVIL	2.010	14.212	607%	21,0%	15,5%	-5,6%
SENEAMENTO - ÁGUA, LIXO E ESGOTO	668	7.087	961%	7,0%	7,7%	0,7%
CIDADANIA E DEFESA SOCIAL	454	6.636	1362%	4,8%	7,2%	2,5%
HABITAÇÃO E URBANISMO	141	6.207	4302%	1,5%	6,8%	5,3%
CULTURA DESPORTO E LAZER	517	4.788	826%	5,4%	5,2%	-0,2%
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO	222	3.379	1422%	2,3%	3,7%	1,4%
MEIO AMBIENTE	102	2.070	1929%	1,1%	2,3%	1,2%
TRANSPORTE - INFRA-ESTRUTURA	378	1.969	421%	4,0%	2,1%	-1,8%
AGRICULTURA	109	2.150	1872%	1,1%	2,3%	1,2%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	26	1.095	4112%	0,3%	1,2%	0,9%
TURISMO	57	912	1500%	0,6%	1,0%	0,4%
ENERGIA	57	887	1456%	0,6%	1,0%	0,4%
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	127	664	423%	1,3%	0,7%	-0,6%
COMUNICAÇÃO	24	391	1529%	0,3%	0,4%	0,2%
TOTAL	9.555	91.819	861%	100,0%	100,0%	

**Perfil das Solicitações - Orçamento Cidadão
SOLICITAÇÕES POR ÁREAS DE INTERESSE - DIVISÃO ESPACIAL
Comparativo 2005 e 2006**

	2005	2006	Incremento
CAPITAL	5.300	22.124	317%
INTERIOR	4.255	69.695	1538%
TOTAL	9.555	91.819	861%

**GOVERNO DA BAHIA - ORÇAMENTO CIDADÃO
OS 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO
Comparação 2005 e 2006**

Municípios	Solicitações			Composição das solicitações		
	2005	2006	Incremento	2005	2006	Variação
Salvador	5.300	22.124	317%	55,5%	24,1%	-31,4%
Senhor do Bonfim	467	11.898	2448%	4,9%	13,0%	8,1%
Juazeiro	43	7.878	18221%	0,5%	6,6%	8,1%
Teixeira de Freitas	34	5.551	16226%	0,4%	6,0%	5,7%
Feira de Santana	145	4.008	2664%	1,5%	4,4%	2,8%
Jequié	161	2.317	1339%	1,7%	2,5%	0,8%
Porto Seguro	57	1.941	3305%	0,6%	2,1%	1,5%
Vitória da Conquista	121	1.746	1343%	1,3%	1,9%	0,6%
Itabuna	38	1.718	4421%	0,4%	1,9%	1,5%
Camacari	119	1.491	1153%	1,2%	1,6%	0,4%
TOTAL	9.555	91.819	861%			

ANEXO II

**ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DAS FUNÇÕES
DO GOVERNO DO ESTADO
BAHIA, 2003-2006**

FUNÇÃO (*)	RECURSOS APLICADOS (EM R\$ 1.000,00)			2003-2005			2003-2006	
	FONTE DE RECURSOS		TOTAL (**)	FONTE DE RECURSOS		TOTAL (**)		
	TESOURO	OUTRAS FONTES		TESOURO	OUTRAS FONTES			
Saúde	1.015.707	661.547	1.677.254	292.091	254.154	546.244	26,5	
Educação	858.142	39.670	897.812	193.461	9.295	202.756	13,1	
Agricultura	546.887	13.847	560.734	160.838	3.251	164.089	8,6	
Transporte	413.439	32.882	446.321	202.968	3.899	206.867	7,8	
Administração	511.918	20.134	532.052	79.704	13.816	93.521	7,5	
Saneamento	347.064	0	347.064	58.181	-	58.181	4,8	
Urbanismo	354.181	11.352	365.533	31.946	599	32.545	4,7	
Habitação	192.711	0	192.711	88.752	696	89.448	3,4	
Comércio e Serviços	230.133	7.880	238.013	38.243	2.562	40.805	3,3	
Gestão Ambiental	213.328	13.760	227.088	48.866	2.771	51.637	3,3	
Indústria	196.908	6.457	203.364	24.168	4.939	29.107	2,8	
Assistência Social	169.154	1.239	170.392	43.827	514	44.341	2,6	
Segurança Pública	179.732	330	180.062	31.898	551	32.449	2,5	
Energia	184.017	0	184.017	13.163	-	13.163	2,3	
Direitos da Cidadania	144.708	0	144.708	19.661	-	19.661	2,0	
Ciência e Tecnologia	84.530	8.863	93.393	26.567	4.272	30.839	1,5	
Trabalho	90.350	0	90.350	16.972	-	16.972	1,3	
Cultura	68.655	10.612	79.268	13.556	14.212	27.769	1,3	
Desporto e Lazer	12.637	7.827	20.464	3.827	491	4.318	0,3	
Organização Agrária	15.930	1.761	17.692	5.435	857	6.292	0,3	
Comunicações	6.827	0	6.827	1.802	-	1.802	0,1	
Essencial à Justiça	3.356	-	3.356	227	-	227	0,0	
Previdência Social	1.074	0	1.074	-	-	-	0,0	
TOTAL	5.841.387	838.162	6.679.549	1.396.154	316.879	1.713.033	100	

Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF; Elaboração SGA

(*) Ordenação orçamentária da despesa de acordo com a finalidade da secretaria. Algumas ações de temas transversais, a exemplo de saneamento, habitação, trabalho, dentre outras, estão contabilizadas em funções diversas.

(**) Não inclui as despesas de pessoal e custeio

(***)Posição de 30/09/2006

ANEXO III

**PPA - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
BAHIA, 2006**

ESTRÉGIA / LINHA DE INTERVENÇÃO / PROGRAMA	PPA 2004/2007 (R\$1.000,00) (A)	RECURSOS APLICADOS (R\$1.000,00)		EXECUÇÃO PPA (%) (B/A)	PARTI-CIPAÇÃO 2006 (%)
		ATÉ 2006 (B)	2006(*) (C)		
BAHIA DE TODA GENTE	7.380.769	3.704.131	1.026.508	50,2	62,5
Assistência Social	529.016	225.441	61.646	42,6	3,8
Bahia Urgente: Políticas Assistenciais, Compensatórias e Emergenciais	529.016	225.441	61.646	42,6	3,8
Qualidade de Vida e Promoção da Cidadania	6.074.242	3.297.492	922.058	54,3	55,6
Educação para Todos: Universalização da Educação Básica	1.112.667	406.777	104.559	36,6	6,9
Mais Saúde: Universalização e Qualidade dos Serviços de Saúde	1.922.161	1.543.880	469.567	80,3	26,0
Saneamento é Vida: Ampliação e Qualidade dos Serviços	1.180.378	417.329	104.726	35,4	7,0
Energia e Comunicação para Todos	249.868	137.370	11.883	55,0	2,3
Viver Melhor: Acesso e Melhoria Habitacional Urbana e Rural	831.978	406.943	121.192	48,9	6,9
Bahia Igual para Todos: Acesso à Justiça e Cidadania	15.282	6.247	1.675	40,9	0,1
Educação Nota 10: Qualidade da Educação	698.464	301.051	84.923	43,1	5,1
Dinamização da Cultura e Difusão do Esporte e Lazer	63.444	77.896	23.533	122,8	1,3
Amparo e Defesa do Cidadão	777.511	181.198	42.803	23,3	3,1
Bahia Alerta: Defesa Civil	30.197	4.247	1.376	14,1	0,1
Bahia em Paz: Prevenção e Combate à Criminalidade	691.224	156.372	36.175	22,6	2,6
Humanização do Trânsito	56.090	20.579	5.253	36,7	0,3
BAHIA QUE FAZ	3.279.094	1.035.516	302.018	31,6	17,5
Internacionalização da Bahia	248.169	22.142	6.291	8,9	0,4
Fluxo de Bens e Serviços e Fortalecimento das Empresas e Produtos	248.169	22.142	6.291	8,9	0,4
Adensamento da Matriz Econômica e Fortalecimento Tecnológico	923.952	400.481	106.803	43,3	6,8
Cadeias Produtivas	667.990	285.102	72.794	42,7	4,8
Ciência, Tecnologia e Inovação	255.962	115.379	34.009	45,1	1,9
Inclusão Socioeconômica	1.429.579	606.452	187.233	42,4	10,2
Gerando Negócios: Apoio ao Trabalhador e a Micro,	969.282	453.334	142.351	46,8	7,6
Pequeno e Médio Empreendimentos					
Frutos da Terra: Agroinvestimentos	243.173	95.193	23.889	39,1	1,6
Terra para Plantar: Reforma Agrária	93.769	18.830	6.292	20,1	0,3
Organizando a Produção: Produtividade e Competitividade	123.355	39.096	14.702	31,7	0,7
Atração e Fomento Empresarial	677.394	6.442	1.690	1,0	0,1
Atrativos do Desenvolvimento: Políticas de Incentivo e Atração de Investimentos	677.394	6.442	1.690	1,0	0,1
RIQUEZAS DA BOA TERRA	534.749	104.067	32.356	19,5	1,8

Continua

Continuação | Anexo III

ESTRATÉGIA / LINHA DE INTERVENÇÃO / PROGRAMA	PPA 2004/2007 (R\$1.000,00) (A)	RECURSOS APLICADOS (R\$1.000,00)		EXECUÇÃO PPA (%) (B/A)	PARTI-CIPAÇÃO 2006 (%)
		ATÉ 2006 (B)	2006(*) (C)		
Recuperação dos Recursos Degradados	44.430	3.734	1.690	8,4	0,1
Reviver Nossas Águas e Renascer	44.430	3.734	1.690	8,4	0,1
Nossa Terra: Recursos Naturais					
Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Culturais	478.524	97.199	29.649	20,3	1,6
De Olho na Natureza: Gestão dos Recursos Ambientais, Fomento a Tecnologias Limpas, Normatização e Procedimentos	359.342	46.029	14.670	12,8	0,8
Preservando Nossa História: Patrimônio Histórico e Cultural	119.182	51.170	14.979	42,9	0,9
Educação Ambiental	11.795	3.133	1.018	26,6	0,1
Consciência Ambiental	11.795	3.133	1.018	26,6	0,1
CAMINHOS DA BAHIA: INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.503.038	577.047	202.968	38,4	9,7
Articulação Logística Interna e em Escala Internacional	974.508	577.047	202.968	59,2	9,7
Portas da Bahia: Fortalecimento de Portos, Retroportos e Aeroportos	8.072	0	0	0,0	0,0
Construindo Caminhos: a Intermodalidade	966.436	577.047	202.968	59,7	9,7
Reestruturação da Matriz Energética	528.530	0	0	0,0	0,0
Diversificação e Articulação da Matriz Energética	528.530	0	0	0,0	0,0
GESTÃO SOLIDÁRIA E GOVERNO COMPETENTE	973.209	508.634	150.705	52,3	8,6
Gestão Compartilhada	274.080	136.338	45.890	49,7	2,3
Avaliação Constante: Um Monitoramento de Qualidade	22.506	7.559	2.395	33,6	0,1
Promoção de Parcerias: Compromisso de Todos	62.443	20.581	3.465	33,0	0,3
Modelos de Gestão Pública: Descentralização e Fomento à Capacidade Local de Gestão	189.131	108.197	40.031	57,2	1,8
Qualidade na Prestação dos Serviços Públicos	520.501	256.952	68.348	49,4	4,3
Atendimento ao Cidadão: Foco na Qualidade	149.566	63.854	18.043	42,7	1,1
Regulação de Serviços Públicos	23.822	69.174	14.159	290,4	1,2
Modernização e Ampliação dos Serviços Públicos	334.605	123.447	36.039	36,9	2,1
Advocacia do Estado	12.508	478	107	3,8	0,0
Qualificação e Valorização do Servidor	54.513	9.684	1.114	17,8	0,2
Formação, Profissionalização e Atendimento ao Servidor	54.513	9.684	1.114	17,8	0,2
Produção de Informação e Conhecimento	103.697	99.835	33.387	96,3	1,7
Produzindo Conhecimento	103.697	99.835	33.387	96,3	1,7
Planejamento e Articulação do Desenvolvimento	20.418	5.825	1.965	28,5	0,1
Desenvolvimento Regional	20.418	5.825	1.965	28,5	0,1
TOTAL	13.670.859	5.929.395	1.714.555	43,4	100,0

Fonte:SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF; Elaboração SGA

(*)Posição de 30/09/2006

ANEXO IV

**FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA -
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
BAHIA, 2003-2006**

AÇÃO	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)		PARTICIPAÇÃO TOTAL (%)
	2003-2005	2006 (*)	
Inclusão Socioeconômica	194.879	48.779	243.658
Produzir	38.082	12.032	50.114
Pró Gavião	35.686	1.737	37.423
Cabra Forte	27.387	6.265	33.652
Terra Fértil	8.760	3.149	11.909
Flores da Bahia	1.919	247	2.166
Prodecar	-	2.962	2.962
Viver Melhor Rural	12.967	-	12.967
Arranjos Produtivos (Algodão, Bahia Citros, Nossa Fibra, Nossa Raiz, Pater Frutas e policultura)	24.995	6.760	31.756
Boapesca	9.228	2.613	11.841
Artesanato	-	760	760
Quilombolas	880	116	995
Prisma	2.811	5.385	8.196
Apoio ao Trabalhador	4.639	498	5.137
Condomínio Moradas da Lagoa	8.161	-	8.161
Reciclar para Crescer	1.753	9	1.762
Família Produtiva/Geração de Renda	5.067	1.413	6.479
Crédito Fundiário	27	78	105
Minha Roça	7.589	2.150	9.739
Faz Cidadão	1.454	1.847	3.302
Construção de Centros de Comercialização (Oliveira dos Brejinhos, Gandu, Ribeira do Amparo, Pindaí, Novo Triunfo e Sítio do Quinto)	-	155	155
Microcrédito	-	16	16
Outras	3.474	587	4.060
Habitação	103.724	45.971	149.695
Produção de Habitação (PSH, Resolução 460, Kit Moradia e Crédito Solidário)	59.680	29.067	88.747
Viver Melhor (Promoradia, Pró-Habitar/BID e Viver Melhor II)	34.154	16.848	51.002
Revitalização do Centro Histórico (CHS e Monumenta/BID)	66	56	122
Aquisição de Glebas de Terra	1.860	-	1.860
Cores da Cidade	6.100	-	6.100
Outras	1.864	-	1.864
Ação Social	71.998	33.408	105.405
Peti - Jornada Ampliada	17.279	13.803	31.081
Atendimento a Criança e Adolescente	31.122	15.908	47.030
Atendimento a Portador de Deficiência e Idoso	1.228	945	2.173

Continuação | Anexo IV

AÇÃO	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)			PARTICIPAÇÃO (%)
	2003-2005	2006 (*)	TOTAL	
Atendimento a Pessoas em Situação de Risco	2.399	1.584	3.982	0,6
Apóio a Entidade Social	16.320	585	16.905	2,4
Viva Nordeste	2.490	583	3.073	0,4
Outras	1.161	-	1.161	0,2
Suplementação Alimentar	48.944	12.134	61.078	8,6
Nossa Sopa	13.028	3.000	16.028	2,3
+ Vida	12.675	2.721	15.396	2,2
Prato do Povo	8.035	2.569	10.604	1,5
Leite da Bahia	10.457	3.537	13.994	2,0
Outras	4.750	306	5.056	0,7
Educação	31.147	15.201	46.349	6,5
Transporte Escolar	18.135	5.264	23.398	3,3
Universidade para Todos	9.956	6.995	16.951	2,4
Faz Universitário	3.033	2.206	5.239	0,7
Jovens Baianos	23	737	760	0,1
Energia	41.662	1.420	43.082	6,1
Luz para Todos	41.662	1.420	43.082	6,1
Tecnologia e Informação	19.120	6.187	25.307	3,6
Tecnologias em Áreas Agrícolas	6.462	406	6.868	1,0
Tecnologias em Áreas Sociais e Empreendedorismo	928	-	928	0,1
Inclusão Digital e Infocentro	6.240	4.282	10.522	1,5
Banco de Projetos e de Informações sobre a Pobreza	5.490	1.500	6.990	1,0
Saneamento	15.721	1.231	16.952	2,4
Abastecimento de Água em Núcleos Rurais	10.972	222	11.194	1,6
Melhorias Sanitárias em Núcleos Rurais	1.724	-	1.724	0,2
Construção de Aterro Sanitário	-	-	-	0,0
Infra-Estrutura de Saneamento - Pró-saneamento	3.000	1.009	4.009	0,6
Outras	25	-	25	0,0
Apoio à Agricultura	8.074	4.265	12.339	1,7
Irrigação	3.289	1.826	5.115	0,7
Ações de Apoio à Produção Agropecuária	4.785	2439	7.224	1,0
Outras Ações (administração, direitos humanos e etc)	2.220	1.874	4.093	0,6
Total	537.487	170.470	707.957	100,0

Fonte: SEPLAN/Siplan; Elaboração SGA

(*) Posição de 30/09/2006

ANEXO V

**FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
BAHIA, 2003-2006**

AÇÃO	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)			
	2003-2005	2006(*)	TOTAL	PARTICIPAÇÃO(%)
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE	2.491.129	763.797	3.254.926	94,6
Atenção Hospitalar e Ambulatorial	414.210	141.075	555.285	16,1
Expansão e Melhoria da Rede Física	80.953	48.102	129.055	3,8
Atenção Básica	70.437	21.575	92.012	2,7
Aparelhamento das Unidades	83.889	11.786	95.675	2,8
Educação Permanente em Saúde	34.554	9.779	44.333	1,3
Gestão do Sistema Estadual de Saúde	13.263	2.298	15.561	0,5
Vigilância e Proteção à Saúde	20.612	749	21.361	0,6
Controle e Qualidade do Sangue	4.016	1.502	5.518	0,2
Assistência Farmacêutica	45.713	8.186	53.899	1,6
Projeto Salvar	550	0	550	0,0
Manutenção da Rede (pessoal e custeio)	1.722.932	518.745	2.241.677	65,2
SANEAMENTO BÁSICO	138.043	28.424	166.467	4,8
Oferta de Água	87.592	22.269	109.861	3,2
Esgotamento Sanitário	6.279	1.302	7.581	0,2
Melhorias Sanitárias	31.590	3.617	35.207	1,0
Implantação de Aterros Sanitários	12.582	1.236	13.818	0,4
HABITAÇÃO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE	9.491	1.580	11.071	0,3
Melhoria Habitacional para Erradicação da Doença de Chagas	9.491	1.580	11.071	0,3
AÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	7.881	1.802	9.683	0,3
Atendimento a Crianças e Adolescentes em Unidades Sociais	531	670	1.201	0,0
SAC Saúde Móvel	3.235	0	3.235	0,1
Aparelhamento e Funcionamento do HCT(**)	3.383	1.132	4.515	0,1
Recuperação em Unidades de Saúde no Sistema Penitenciário	732	0	732	0,0
TOTAL	2.646.544	795.603	3.442.147	100,0

Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF; Elaboração SGA

(*) Posição de 30/09/2006

(**) Hospital de Custódia e Tratamento

ANEXO VI

FUNDO DE INVESTIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – ACOMPANHAMENTO
DA EXECUÇÃO - BAHIA, 2003-2006

DESCRIÇÃO	2003-2005		2006 (*)		R\$ 1.000,00
	Orçado	Executado	Orçado	Executado	
INVESTIMENTOS	497.320	442.858	150.000	83.982	
SOCIAL	235.011	200.248	264	264	
Secretaria da Educação	35.295	34.416	-	-	
Aplicações de Metodologias de Ensino	15.201	15.100	-	-	
Expansão e Melhoria das Unidades de Ensino	6.403	5.836	-	-	
Certificação dos Profissionais da Educação	5.351	5.266	-	-	
Apoio a Centros de Educação Profissional	4.750	4.748	-	-	
Outras	3.590	3.466	-	-	
Secretaria da Fazenda	4.537	4.124	-	-	
Programa Faz Universitário	4.537	4.124	-	-	
Secretaria de Segurança Pública	84.583	78.150	0	0	
Policamento em Eventos Populares	7.669	7.281	-	-	
Modernização e Aparelhamento das Unidades de Segurança Pública	60.337	55.741	-	-	
Ampliação e Qualificação dos Servidores da Segurança Pública	4.642	4.137	-	-	
Ações de Trânsito	4.309	4.184	-	-	
Identificação e Análise Criminalística	2.066	2.027	-	-	
Outras	5.560	4.780	-	-	
Secretaria do Planejamento	17.200	4.384	0	0	
Produr - Contrapartida	9.450	2.516	-	-	
Producir - Contrapartida	7.750	1.868	-	-	
Secretaria da Administração	3.498	2.662	0	0	
Controle e Habilitação de Condutores e Cadastro de Veículos	2.654	2.205	-	-	
Modernização e Aparelhamento da Polícia de Trânsito	533	355	-	-	
Outras Ações de Trânsito	311	102	-	-	
Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte	60.299	50.549	0	0	
Assistência à Criança e ao Adolescente	48.812	42.155	-	-	
Ações na Área de Assistência Social	6.529	4.354	-	-	
Incentivo ao Artesanato	1.628	1.613	-	-	
Apoio ao Trabalhador	1.341	1.161	-	-	
Defesa Civil	1.751	1.173	-	-	
Outras	238	93	-	-	
Secretaria da Justiça e Direitos Humanos	12.400	8.858	264	264	
Modernização e Expansão do Sistema Penitenciário	7.051	5.525	-	-	
Apoio à Segmentos Sociais na Promoção da Cidadania	2.835	1.835	-	-	
Educação e Reintegração de Presos	709	559	-	-	
Ações na Prestação de Assistência Jurídica Gratuita	776	443	-	-	
Outras	1.029	496	264	264	
Secretaria da Saúde	5.442	5.442	0	0	
Implantação e Operacionalização do SUS	3.499	3.499	-	-	
Assistência Farmacêutica	1.542	1.542	-	-	

Continuação

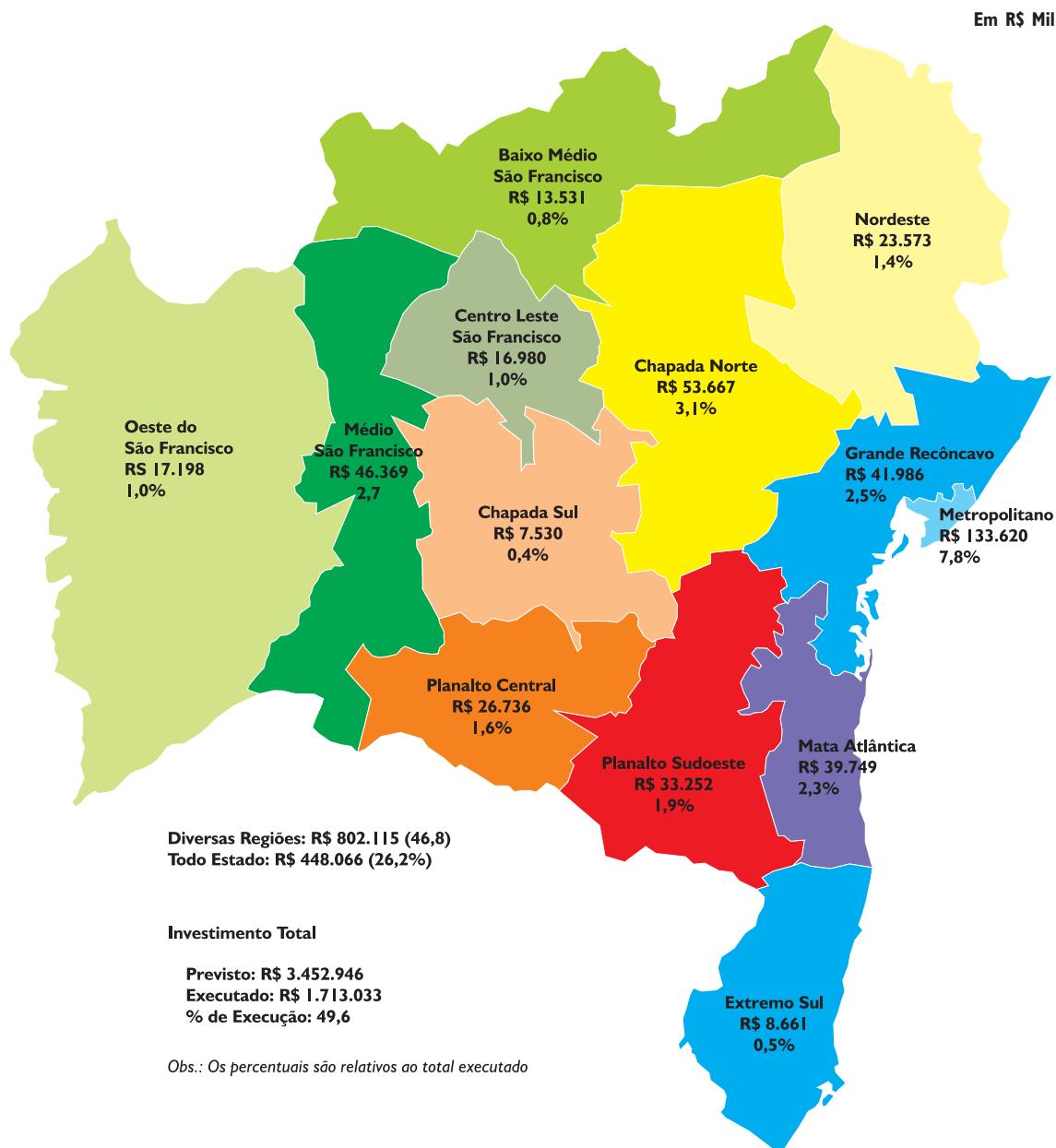
Continuação | Anexo VI

DESCRÍÇÃO	2003-2005		2006 (*)		R\$ 1.000,00
	Orçado	Executado	Orçado	Executado	
Formulação e Acompanhamento da Política Estadual de Saúde	401	401	-	-	
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	II.757	II.663	0	0	
Gerenciamento de Recursos Hídricos	11.757	11.663	-	-	
ECONÔMICA	I26.943	I23.737	I5.977	8.875	
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	79.310	78.196	I5.977	8.875	
Implantação e Ampliação de Infra-estrutura Industrial	76.993	76.134	14.526	8.219	
Conservação de Distritos Industriais	2.227	2.059	1.451	656	
Outras	90	3	-	-	
Secretaria da Cultura e Turismo	38.110	37.498	0	0	
Ações na Área de Turismo	11.190	10.951	-	-	
Ações na Área de Difusão Cultural	11.315	11.138	-	-	
Ações na Área de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	14.785	14.590	-	-	
Outros	821	819	-	-	
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	9.523	8.043	0	0	
Fortalecimento da Lavoura Cacaueira	1.668	1.668	-	-	
Divulgação de Ações de Caráter Institucional	1.498	1.493	-	-	
Desenvolvimento e Operação de Unidades de Irrigação	2.058	1.024	-	-	
Ações na Área da Pecuária	658	641	-	-	
Ações na Área de Organização Agrária	2.278	1.994	-	-	
Geração, Difusão e Transferência de Tecnologia	579	503	-	-	
Outros	784	720	-	-	
INFRA-ESTRUTURA	I35.366	II8.873	I33.759	74.843	
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	86.579	81.793	46.656	II.010	
Infra-estrutura Urbana e Equipamentos Comunitários	37.506	36.427	9.750	3.656	
Preservação e Melhorias do Centro Histórico de Salvador	5.554	5.260	2.750	1.443	
Obras e Serviços em Prédios Públicos	5.375	4.900	4.300	2.075	
Projeto Metropolitano de Salvador/Metrô	26.753	26.751	20.000	21	
Planejamento Urbano	3.017	2.947	1.762	1.252	
Urbanização	1.965	1.775	2.700	998	
Ações na Área de Habitação	3.476	2.505	2.574	1.017	
Programa de Humanização de Cidades	810	601	1.200	382	
Projeto Renascer Recôncavo - Desenvolvimento urbano	965	0	1.000	-	
Outras	1.156	627	620	165	
Secretaria de Infra-estrutura	48.787	37.079	87.103	63.833	
Conservação e Reabilitação de Rodovias	47.057	36.521	86.186	63.535	
Conservação e Expansão de Terminais de Transporte Aerooviário	586	442	-	-	
Ampliação do Sistema de Telefonia do CAB	575	0	300	298	
Outras	570	116	617	-	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	689.152	679.084	450.000	346.600	
Transferências a Municípios	310.611	303.743	150.000	112.532	
Operação Especial da Dívida Pública	378.541	375.341	300.000	234.068	
TOTAL	I.I86.472	I.I21.942	600.000	430.582	

Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF; Elaboração SGA

(*) Posição de 30/09/2006

ANEXO VII

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR EIXO DE
DESENVOLVIMENTO, BAHIA, 2006^(*)

Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF; Elaboração SGA

(*) Posição de 30/09/2006